



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**314ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social – CNAS**

Ata da ordem dos dias 9 e 10 de fevereiro de 2023

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 314ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Plataforma Zoom e Esplanada dos Ministérios - Bloco “F” Anexo, ala “A”, 1º andar, sala 108 - Brasília/DF

Data: 9 e 10/02/2023

1 Aos nove e dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três realizou-se a 314ª Reunião Ordinária
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular
3 Margareth Alves Dallaruvera, Presidente do CNAS e representante da Confederação Nacional dos
4 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros(as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Ivone Maggioni Fiore, representante da
6 Federação Nacional das APAES – FENAPAES; Conselheira Suplente Emilene Oliveira Araújo,
7 representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheira Titular Catarina de Santana Silva,
8 representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Suplente Norma Suely de Souza
9 Carvalho, representante do Lar Fabiano de Cristo; Conselheiro Titular Carlos Nambu, representante
10 da Inspeção São João Bosco; Conselheira Suplente Edna Aparecida Alegro, representante da
11 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Sandra
12 Regina Ferreira Barbosa, representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições
13 Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheira Suplente Maria Aparecida do
14 Amaral Godoi de Faria, representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conselheira Titular
15 Margareth Alves Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
16 Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT; Conselheiro Titular Agostinho Soares Belo, representante
17 da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB; Conselheira Suplente Ana Lúcia
18 Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais - ABRATO;
19 Conselheira Suplente Simone Cristina Gomes, representante do Conselho Federal de Psicologia –
20 CFP; Conselheira Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema
21 Único de Assistência Social – FNUSUAS; Conselheira Suplente Bruna Cristina Neves Carnelossi,
22 representante da Associação Rede Brasileira da Renda Básica - RBRB; Conselheiro Titular Anderson
23 Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional de Lutas em Defesa da População em Situação
24 de Rua - MNLDPDSR; Conselheiro Suplente Rafael Machado da Silva, representante do Movimento

25 Nacional População de Rua; Conselheira Titular Judite da Rocha, representante do Movimento dos
26 Atingidos por Barragens – MAB; Conselheiro Suplente Ismael Ultino Tavalone, representante do
27 Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores – MONPAD; Conselheiro Titular Becchara
28 Rodrigues de Miranda, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
29 e Combate à Fome - MDS; Conselheira Titular Ana Gabriela Filippi Sambiase, representante do
30 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira
31 Titular Raquel de Fátima Antunes Martins, representante do Ministério do Desenvolvimento e
32 Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira Titular Gabriella Malagó
33 Frutuoso, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate
34 à Fome – MDS; Conselheira Suplente Fabiane Macedo Borges, representante do Ministério do
35 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheiro Suplente
36 Leandro de Oliveira Nardi, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
37 Família e Combate à Fome - MDS; Conselheiro Suplente Renan Alves Viana Aragão, representante
38 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS;
39 Conselheira Suplente Daniela Spinelli Arsky, representante do Ministério do Desenvolvimento e
40 Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira Titular Solange Teixeira, Vice-
41 Presidente do CNAS e representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
42 e Combate à Fome - MDS; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, representante do
43 Fórum Nacional dos Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira
44 Suplente Geovana Pádua Gobbo Marinot, representante do Fórum Nacional dos Secretários(as) de
45 Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Magali Pereira Gonçalves Costato
46 Basile, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
47 CONGEMAS; Conselheira Suplente Penélope Regina Silva e Andrade, representante do Colegiado
48 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS. **ABERTURA 09/02/2023:**
49 A Mestre de Cerimônia deu início a solenidade cumprimentando e dando boas-vindas a todos.
50 Registrou a presença das seguintes autoridades: Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do
51 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Margareth Alves Dallaruvera,
52 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social; Sr. Reimont Luiz Otoni, Deputado Federal
53 do Rio de Janeiro; Eduardo Suplicy, Deputado Estadual de São Paulo (de forma remota); Sr. André
54 Quintão Silva, Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e
55 Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Letícia Bartholo de Oliveira e Silva, Secretária

56 Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento
57 e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Laís Wendel Abramo, Secretária Nacional de
58 Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
59 Fome; Sra. Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda da Cidadania do Ministério do
60 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Solange Teixeira, Vice-
61 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social; Conselheiros Nacionais da Sociedade Civil
62 e representantes governamentais. Na sequência, passou à assinatura do Termo para convocação
63 extraordinária da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social que possui como tema
64 “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”, a ser realizada no período
65 de 5 a 8 de dezembro de 2023. Assinaram o documento o Ministro de Estado do Desenvolvimento e
66 Assistência Social, Família e Combate à Fome e a Presidente do CNAS. Convidou para fazer o uso
67 da palavra a Presidente do CNAS. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera cumprimentou os
68 presentes e realizou a sua autodescrição. Registrou que esse dia era histórico para aqueles que lutam
69 em defesa do SUAS e destacou que a presença do Ministro para a assinatura desse documento,
70 demonstrava o retorno da democracia. Em seguida, foi realizada a entrega da Revista do Movimento
71 Nacional Pestalozziano de Autodefensores pelo Conselheiro Ismael Ultino Tavalone ao Ministro de
72 Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A Mestre de Cerimônia
73 convidou o Movimento Nacional da População de Rua e Movimento Nacional de Lutas em Defesa
74 da População em Situação de Rua também para realizar uma entrega ao Ministro. Com a palavra, o
75 Ministro Wellington Dias cumprimentou a todos e informou sobre a pactuação realizada na Comissão
76 Intergestores Tripartite – CIT de atualização do Cadastro Único. Agradeceu pelos documentos
77 recebidos e afirmou que a fase sem diálogo estava finalizada. Observou que existem muitos desafios
78 a serem enfrentados, principalmente, a retirada do país do mapa da fome e destacou que foram
79 envidados os esforços necessários para garantir recursos para os principais programas,
80 exemplificando. Comprometeu-se em dialogar com o Congresso Nacional e com o Presidente da
81 República para que possam ter uma organização do SUAS semelhante ao SUS a fim de que a sua
82 receita seja permanente e para garantir a segurança alimentar e nutricional. Destacou que será
83 trabalhada a pauta focada na organização familiar na área de cuidados e família e ressaltou os desafios
84 da inclusão socioeconômico a partir da retomada do Cadastro Único e da reformulação do Programa
85 Bolsa Família para garantir valor suficiente para a retirada das famílias da extrema pobreza.
86 Encerrado o ato, a Mestre de Cerimônia solicitou que os presentes permanecessem em seus lugares

87 para dá início à 314ª Reunião Ordinária do CNAS, devolvendo a palavra à Presidente Margareth
88 Alves Dallaruvera para condução da reunião. Dando início à 314ª Reunião Ordinária do CNAS, a
89 Presidente Margareth Alves Dallaruvera concedeu a palavra ao Deputado Estadual de São Paulo. O
90 Sr. Eduardo Suplicy saudou os presentes e ressaltou a importância da sinalização, no programa do
91 Presidente Lula, de um Programa Bolsa Família renovado e ampliado a ser implantado com urgência
92 para garantir renda compatível com as reais necessidades da população e que recupere as principais
93 características do projeto que tornou referência mundial de combate à fome e ao trabalho infantil.
94 Sobretudo, registrou a sua felicidade pelo crescimento de um programa que, orientado por princípios
95 de cobertura crescentes, baseados em patamares adequado de renda, viabilizará a transição por etapas
96 no rumo de um sistema universal e uma renda básica de cidadania. Saudou as recomendações do
97 Grupo de Transição de que o novo Programa Bolsa Família unifique o Auxílio Gás e o Auxílio Brasil,
98 pautando em valores de benefícios calculados por pessoas da família considerando o impacto na
99 redução da pobreza e da desigualdade. Registrou que o acolhimento parcial do Supremo Tribunal
100 Federal – STF sobre o Mandado de Injução nº 7300, que resulta na determinação de que o Executivo
101 implemente uma renda básica aos pobres e extremamente pobres ainda em 2023, era muito
102 importante. Assinalou que a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica de Cidadania e a
103 Rede Brasileira da Renda Básica estão dispostos a colaborar na transição em direção a renda básica
104 e afirmou que o Ministro poderia contar com a sua colaboração para pensar, aperfeiçoar e caminhar
105 na direção dos enormes desafios existentes. Com a palavra, o Sr. Reimont Luiz Otoni cumprimentou
106 a todos e registrou a sua perspectiva de que a revolução feita no estado do Piauí seja feita no país
107 inteiro. Salientou que estavam trocando o pacote de maldade por política pública como direito e que
108 seria necessário resgatar a vida e os direitos dos trabalhadores do SUAS. Compreendeu que a
109 assistência social não conseguirá cumprir sozinho qualquer tema de sua competência e, por isso, a
110 dimensão da intersetorialidade com o SUS, educação, moradia e alimentação. Comentou que o
111 governo de transição realizou um diagnóstico sobre a população em situação de rua, no qual
112 demonstrou que cerca de 20 mil pessoas moram nas ruas da cidade do Rio de Janeiro e 34 mil na
113 cidade de São Paulo, sendo 213 mil pessoas no país. Diante desse fato, informou que a Frente
114 Parlamentar dos Direitos e da Política Pública para a População em Situação de Rua, presidida pela
115 Deputada Erika Kokay, tem o seu total comprometimento. De posse da palavra, a Sra. Letícia
116 Bartholo de Oliveira e Silva saudou os presentes e registrou o quão importante era esse momento de
117 retorno da construção coletiva de políticas públicas para o Ministério. A Sra. Laís Wendel Abramo

118 cumprimentou os presentes e endossou a manifestação anterior, acrescentando que estão trabalhando
119 em uma esquema de muita colaboração entre os secretários. Colocou-se à disposição para o diálogo
120 e para construir a política em conjunto com o CNAS. A Sra. Eliane Aquino cumprimentou a todos e
121 registrou que se sentiam honrados em participar de uma reunião desse colegiado. Afirmou que a
122 SENARC estava comprometida em fazer chegar o Programa Bolsa Família para as famílias mais
123 necessitada. Com a palavra, o Sr. André Quintão Silva saudou a todos e destacou a importância desse
124 momento. Relatou que alguns princípios são fundamentais no âmbito do SUAS, como por exemplo,
125 a reconstrução das relações federativas. De posse da palavra, a Conselheira Solange Bueno,
126 representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS,
127 cumprimentou a todos e convidou os conselheiros nacionais representantes do segmento de usuários
128 ficassem de pé para conhecimento dos convidados. Discorreu que os usuário fizeram a resistência nos
129 últimos quatro anos e que pautas importantes como formação e capacitação para os usuários precisam
130 ser prioridade. Solicitou que os usuários fossem convocados para participação da reforma do SUAS
131 e registrou a sua satisfação pelo novo processo do CNAS. A Conselheira Edna Aparecida Alegro,
132 representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI,
133 cumprimentou os presentes e discorreu que estava representando os conselheiros representantes do
134 segmento de entidades e organizações de assistência Social, elencando-os. Ressaltou que as entidades
135 e organizações de assistência social são parte integrante da rede socioassistencial e do SUAS e que
136 seria importante considerar toda a rede privada ou pública no sentido do seu fortalecimento. Arrazoou
137 que também estão juntos na luta pela valorização dos trabalhadores para com isso garantir capacitação
138 e educação permanente no âmbito do SUAS, pois a finalidade das entidades é atender os usuários, os
139 protagonistas dessa política. A Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, representante
140 da Central Única dos Trabalhadores – CUT, cumprimentou a todos e observou que a Política de
141 Assistência Social possui uma complexidade de considerar a abrangência. Alegou que o SUAS é uma
142 política que precisa ser incorporada pela sociedade e por toda a base do governo e que seria
143 extremamente importante dá atenção à rede de trabalhadores para que possam dá o salto de qualidade
144 pretendido. Finalizando, afirmou que a Mesa de Negociação do SUAS é essencial para
145 reconhecimento e valorização dos trabalhadores. A Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato
146 Basile, representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –
147 CONGEMAS, cumprimentou os presentes e agradeceu o Presidente Lula pela indicação do Ministro
148 Wellington Dias e o Ministro pela indicação dos secretários que reconhecem e vivenciam a Política

149 de Assistência Social. Salientou que são os municípios que executam o SUAS e compreendeu que
150 seria necessário transformar a sociedade por meio do cuidado da primeira infância e da segurança
151 alimentar. Por fim, relatou, em nome dos municípios, que sem financiamento não se faz política
152 pública. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, representante do Fórum Nacional dos
153 Secretários(as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS, saudou os presentes e registrou que
154 estavam vivenciando momentos de emoções, destacando a assinatura do termo e a inclusão de uma
155 resolução pactuada na CIT na pauta da Comissão de Financiamento. Compreendeu que haverá outros
156 avanços e colocou o FONSEAS à disposição para colaborar com todas as ações de combate à fome e
157 de fortalecimento do SUAS. Com a palavra, a Conselheira Solange Teixeira, Vice-Presidente do
158 CNAS e representante do representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
159 Família e Combate à Fome - MDS, cumprimentou a todos e reforçou que a gestão atual do CNAS,
160 iniciada julho em 2022, tem uma representação da sociedade civil eleita ocupada pela Presidente
161 Margareth Alves Dallaruvera e a Vice-Presidente legalmente indicada pelo governo. Registrou o
162 papel realizado pelos conselheiros nacionais no tocante aos debates, encaminhamentos, decisões e
163 normas que esse colegiado tem produzido no campo do controle social como guardião da Política de
164 Assistência Social, mas nesse momento, destacou o trabalho desempenhado por seus pares, servidores
165 públicos efetivos ou não, que também são trabalhadores do SUAS. Reiterou e reafirmou o
166 compromisso do segmento governamental no CNAS com a Política de Assistência Social, com o
167 fortalecimento desse Conselho e do controle social e com as pautas prioritárias tratadas. Concedida a
168 palavra, a Sra. Erika Kokay, Deputada Federal pelo Distrito Federal, externou a sua felicidade por
169 estar presente nessa reunião, uma vez que a participação da sociedade civil e a construção coletiva
170 foi muito atacada nos últimos quatro anos. Afirmou que chegaram até aqui pela resistência e que o
171 país precisa do SUAS e por meio dele viverá a sua grandeza. A Presidente Margareth Alves
172 Dallaruvera entregou documento com as prioridades do CNAS ao Ministro, realizando a sua leitura.
173 O Ministro Wellington Dias destacou que continuarão trabalhando juntos para alcançar os avanços
174 necessários e despediu-se de todos. Em seguida, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera solicitou
175 à Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS, que realizasse a
176 verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, realizou a leitura da pauta proposta, que
177 estava composta pelos seguintes itens: Dia 09/02/2023: 9h às 10h - Aprovação das atas da 312ª e
178 313ª Reunião Ordinária e da pauta da 314ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h - Informes da
179 Presidência/Secretaria Executiva, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 11h

180 às 12h - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS;
181 14h às 15h - Apresentação do relatório de monitoramento e controle das deliberações das conferências
182 de Assistência Social pela Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de
183 Assistência Social; 15h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
184 Socioassistenciais e Transferência de Renda. Dia 10/02/2023: 9h às 10h30 - Relato da reunião da
185 Presidência Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e
186 Orçamento da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas
187 ao SUAS; 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
188 Assistência Social; 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social.
189 Prosseguindo, colocou em regime de aprovação as atas da 312^a e 313^a Reuniões Ordinárias, as quais
190 foram aprovadas pela unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida, colocou em regime de
191 votação a pauta da 314^a Reunião Ordinária do CNAS. A Conselheira Magali Pereira Gonçalves
192 Costato Basile solicitou que fosse incluída, como primeiro item de pauta da manhã desse dia, a
193 apresentação do Programa de Fortalecimento Emergencial de Atendimento do Cadastro Único do
194 SUAS – PROCAD-SUAS que foi pactuado na reunião extraordinária da CIT. Acatada a solicitação,
195 a Presidente Margareth Alves Dallaruvera informou que foi aprovada na reunião da Presidência
196 Ampliada a solicitação do FONACEAS para realização de informe, solicitando a sua inclusão na
197 pauta. Além disso, discorreu que é necessário incluir o relato da Comissão Organizadora da 13^a
198 Conferência Nacional e a nota de esclarecimento em relação à Resolução CNAS nº 6/2015. Não
199 havendo manifestações contrárias, a pauta proposta foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros
200 presentes com as adequações realizadas. Dando sequência, a Sra. Letícia Bartholo de Oliveira e Silva
201 realizou a apresentação do Diagnóstico e do Programa de Fortalecimento Emergencial de
202 Atendimento do Cadastro Único do SUAS – PROCAD-SUAS. Demonstrou o diagnóstico atual do
203 Cadastro Único referente aos anos de 2021 e 2022, na qual se constatou que houve grande aumento
204 do número de famílias cadastradas e diminuição expressiva da média de pessoas por família,
205 especialmente, em famílias do Programa Auxílio Brasil, além de paralização das atividades de
206 cadastramento e atualização do Cadastro Único durante o período mais crítico da pandemia de Covid-
207 19, desestruturação da rede descentralizada de atendimento às famílias do SUAS e ruptura da
208 articulação federativa e da orientação aos municípios e à sociedade. Na sequência, discorreu sobre o
209 plano de ação do Cadastro Único para 2023 e 2024, o qual estava composto pelos seguintes itens: (i)
210 2023: pactuação com estados, municípios e DF; qualificação dos dados do Cadastro Único; campanha

211 de utilidade pública; novas funcionalidades do aplicativo Cadastro Único; aporte financeiro para entes
212 federados; capacitação dos novos entrevistadores e operadores; retomada de estudo para a
213 estruturação do SUAS; e construção de ferramentas para a Vigilância Socioassistencial; (ii) 2024:
214 integração Cadastro Único e CNIS *online* – Etapa 2; atualização cadastral; uso do Censo 2022 para
215 examinar erros de exclusão e inclusão; modernização do sistema atual do Cadastro Único; início da
216 revisão do formulário e da construção da versão 8 do Cadastro Único (versão 7:2010); e
217 disponibilização de ferramentas para a Vigilância Socioassistencial – Etapa 1. Em seguida, explicou
218 sobre o Programa Emergencial de Fortalecimento do Atendimento do Cadastro Único no SUAS -
219 PROCAD-SUAS – 2023, uma estratégia de caráter emergencial, com abrangência nacional, pactuada
220 entre os entes federados, que visa: o fortalecimento da capacidade de gestão municipal e estadual do
221 Cadastro Único, com a retomada do diálogo com estados e municípios na efetivação do pacto
222 federativo na implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; a recuperação e
223 requalificação do Cadastro Único, para corrigir distorções e alcançar famílias em situação de
224 vulnerabilidade social, elegíveis ao Bolsa Família, que estão sem acesso ao programa e a outras ações
225 nos três níveis de governo; e a ampliação da comunicação com as famílias cadastradas e a população
226 em geral sobre o Cadastro Único e PBF. Possui como objetivos: promover o fortalecimento da
227 capacidade institucional dos municípios, estados e do Distrito Federal para o atendimento ao público
228 do Cadastro Único, diminuindo a sobrecarga que ações de cadastramento geram nas demais
229 atividades dos CRAS; estimular a atualização e regularização dos registros com inconsistências, a
230 fim de promover a melhoria na entrega de serviços, benefícios e dos demais programas usuários do
231 Cadastro; e promover, prioritariamente, inclusão e atualização cadastral, por meio de busca ativa
232 das famílias mais vulneráveis. Ações propostas: atualização e regularização dos registros de famílias
233 unipessoais, que são público de qualificação do Cadastro Único; busca ativa das famílias,
234 principalmente daquelas pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - GPTE,
235 em especial a população em situação de rua, os povos indígenas e as crianças em situação de trabalho
236 infantil; e contratação de pessoal, bens e serviços que contribuam para o fortalecimento da capacidade
237 institucional de atendimento do público do Cadastro Único nos equipamentos socioassistenciais ou
238 postos de atendimento do Cadastro Único. Elencou as ações de estruturação para o 1º trimestre de
239 2023 que serão realizadas e demonstrou como seria realizada a articulação entre os entes. Elencou
240 também as ações emergenciais de qualificação do Cadastro Único que serão efetuadas em 2023, sendo
241 elas: averiguação de cadastros unipessoais, averiguação de renda, integração Cadastro Único x CNIS

242 e revisão cadastral. Explicou como será realizada: a correção de divergências de renda; o repasse de
243 recursos emergenciais do Governo Federal; e a contratação de pessoal, bens e serviços e, por fim,
244 apresentou o impacto do Plano de Ação 2023 no programa de transferência de renda. Abrindo para
245 manifestações, o Conselheiro Anderson Lopes Miranda, representante do Movimento Nacional de
246 Lutas em Defesa da População em Situação de Rua – MNLDPSR, alegou que essa pactuação era um
247 avanço e compreendeu que seria necessário trazer o SUAS para dentro do Cadastro Único. O
248 Conselheiro Carlos Nambu, representante da Inspeção São João Bosco, questionou se a região
249 nordeste estaria inclusa no critério da área rural ou se apenas a Amazonia Legal estava sendo
250 prioritária nesse momento. A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa, representante da
251 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –
252 FENATIBREF, realizou uma breve resumo da reunião extraordinária da CIT, na qual houve o
253 compromisso de diálogo e da busca pelo acerto pelo Ministro e destacou o trabalho já realizado pelo
254 Secretário Nacional André Quintão Silva. O Conselheiro Rafael Machado da Silva, representante do
255 Movimento Nacional População de Rua, externou a sua preocupação com relação aos R\$ 9 milhões
256 aportados, tendo em vista que os municípios precisam receber um aporte maior do que os estados.
257 Parabenizou o retorno da população em situação de rua como público prioritário do Cadastro Único
258 e sugeriu que fosse recomendado aos CEAS que realizasse a fiscalização desses recursos. A
259 Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile parabenizou a Secretaria e sua equipe pela
260 apresentação e lembrou que discutiu, juntamente com o Presidente do FONSEAS, com o Ministro da
261 gestão passada no momento em que se pensava em criar o aplicativo e foi mostrado o quanto seria
262 destruidor para o Cadastro Único. Finalizando, afirmou que devem reconstruir aquilo que foi
263 esquecido e completamente transformado. A Conselheira Judite da Rocha, representante do
264 Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, discorreu que a apresentação realizada vem de
265 encontro com a luta existente e compreendeu que seria necessário pensar sobre a possibilidade de
266 instituir uma equipe itinerante para que a população ribeirinha possa acessar os serviços e benefícios.
267 A Conselheira Ivone Maggioni Fiore, representante da Federação Nacional das APAES –
268 FENAPAES, ressaltou a questão da transparência dos processos e critérios e compreendeu que as
269 pessoas com deficiência e os idosos deveriam também ser priorizados diante a situação vivida.
270 Observou que o Cadastro Único possui apenas três perguntas sobre a deficiência e a inclusão de outras
271 perguntas poderia apontar mais vulnerabilidade e salientou a importância de um representante do
272 CNAS estar presente nos momentos de discussão sobre a reconstrução do Cadastro Único e dos

273 benefícios de transferência de renda. A Conselheira Solange Bueno entendeu que seria salutar realizar
274 uma ampla divulgação dessa medida emergencial para discussão nos CEAS e CMAS a fim de que
275 seja efetivada concretamente. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima parabenizou a
276 secretaria pela iniciativa e observou que o diferencial da proposta é a oferta das condições objetivas
277 para realização do programa e o respeito pelos entes federados. De posse da palavra, a Sra. Letícia
278 Bartholo de Oliveira e Silva esclareceu que serão destinados R\$ 10 milhões para a Amazônia Legal
279 e grande extensão rural e arrazoou que o estado deve realizar as suas competências quando assinou o
280 termo de adesão do Cadastro. Comentou que é necessário discutir sobre a questão do aplicativo, sendo
281 que existe a intenção de transformá-lo em uma solicitação de agendamento e que havia uma série de
282 atividades a serem reconstruídas. O sr. André Quintão Silva agradeceu o CNAS por acatar a
283 solicitação de inclusão de pauta e ponderou que o processo de reconstrução seria gradual. Explicou
284 que o incentivo financeiro para os estados e municípios está dentro de um contexto de recomposição
285 orçamentária realizada na transição. Na sequência, foi realizada a leitura da minuta de resolução que
286 aprova a instituição do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único
287 no SUAS, e os critérios de partilha do financiamento federal do Programa no exercício de 2023 e dá
288 outras providências. Feitos os esclarecimentos necessários e realizadas as alterações e contribuições
289 consensuadas, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera colocou em regime de votação a referida
290 minuta de resolução, a qual foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros com 18 votos favoráveis.
291 Dando sequência a reunião, relatou que Deputada Federal Benedita da Silva faria uma manifestação
292 no início da reunião, porém, foi convocada para realizar uma manifestação na Câmara dos Deputados
293 e não pôde comparecer. Informou que a deputada encaminhou um vídeo com a sua manifestação e
294 solicitou que fosse executado. Executado o vídeo, passou-se aos informes. Com a palavra, a
295 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima informou que o FONSEAS participou da reunião da
296 CIT e realizou a reunião da Câmara Técnica e reunião presencial com os secretários com o objetivo
297 de alinhar os pontos de pauta da CIT e alguns pontos de interesse, dentre eles, a reunião
298 descentralizada do FONSEAS que será realizada no estado de Roraima. Relatou que foi publicada a
299 4ª edição da Revista do FONSEAS, a qual possui o *link* de acesso disponibilizado no *Blog* da Rede
300 SUAS. Passando aos informes do CONGEMAS, a Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato
301 Basile discorreu que o Colegiado realizou a primeira reunião com o Ministro Wellington Dias e com
302 o Secretário Nacional André Quintão Silva e que trouxeram a Brasília todos os presidentes de
303 COEGEMAS para uma reunião de alinhamento para os encontros regional e nacional de 2023, o qual

304 será realizado em Porto de Galinhas/PE em setembro. Seguindo aos informes da CIT, a Conselheira
305 Sandra Regina Ferreira Barbosa arrazoou que um dos pontos debatidos na reunião extraordinária da
306 CIT já foi amplamente debatido. Além disso, informou que também foi debatido sobre a instituição
307 de grupos de trabalho tripartite, sendo que colocou a possibilidade do CNAS acompanhar a pauta do
308 migrante e refugiados. A Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile acrescentou que foi
309 proposto a criação de três grupos, sendo eles: Grupo de Trabalho sobre a revogação da Portaria nº
310 2362; Grupo de Trabalho sobre Migrantes e Grupo de Trabalho sobre o Benefício de Prestação
311 Continuada – BPC. Explanou que o CONGEMAS e o FONSEAS solicitaram a substituição do BPC
312 pela primeira infância, ficando apenas um grupo informal para debate sobre o BPC. Prosseguindo
313 aos informes do FONACEAS, o Sr. Edson Gonçalves, Presidente do FONACEAS, cumprimentou a
314 todos e elencou os membros do Fórum presente. Salientou a importância da retomada do processo
315 democrático, da participação e do diálogo e colocou o Fórum à disposição do CNAS. Explanou que
316 estavam se programando para acompanhar a agenda do Conselho Nacional em 2023, considerando
317 que muitas das atividades no decorrer do exercício demandam a colaboração dos conselheiros que
318 estão no âmbito dos estados. Alegou que será solicitada nova reunião com a Presidente do CNAS
319 para estreitar melhor os laços e pensar uma agenda comum de trabalho. Informou que estão se
320 organizando para o primeiro encontro do FONACEAS que será realizado no dia 28 de fevereiro a 1º
321 de março em Belém/PA e que já encaminharam convite ao CNAS para que fosse indicada a
322 representação de um conselheiro para acompanhar a discussão, na qual aprofundará a temática da
323 Conferência Nacional e a representação dos usuários e trabalhadores por meio dos seus fóruns e
324 organizações. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera desejou uma boa gestão ao FONACEAS e
325 comunicou que os informes da Secretaria Executiva/Presidência e da SNAS serão encaminhados por
326 *e-mail* aos conselheiros. Passando os informes dos conselheiros, o Conselheiro Anderson Lopes
327 Miranda relatou sobre a sua participação do encontro da Fundação Papa João XIII – FUNPAPA no
328 Pará. Agradeceu o Conselheiro Agostinho Soares Belo que lhe acompanhou em três agendas e
329 discorreu que participou de 10 agendas, dentre elas, visita em dois Centros Pops e três serviços de
330 acolhimento e realizou duas rodas de conversas diretamente com a população em situação de rua.
331 Salientou que seria necessário dar maior atenção à região norte e registrou a importância da
332 participação do CNAS nesses espaços, que resultou na criação da participação dos usuários nos
333 conselhos municipais e do movimento de População de Rua no Pará para organização dessa
334 população. O Conselheiro Agostinho Soares Belo, representante da Central dos Trabalhadores e

335 Trabalhadoras do Brasil – CTB, registrou a sua satisfação por ter participado das agendas com o
336 Conselheiro Anderson Lopes Miranda em Belém/PA, que realizou um trabalho exemplar. A
337 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria relatou sobre ato realizado pelos
338 trabalhadores do SUAS, no qual foi fundado o Fórum Nacional de Articulação do Movimento
339 Sindical dos Trabalhadores do SUAS com o objetivo de fomentar o movimento sindical com
340 articulação com as entidades para fortalecimento da sua pauta. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore
341 informou sobre a sua participação como representante do CNAS no Grupo de Trabalho sobre
342 Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos, em que foram discutidos alguns aspectos e
343 parâmetros para atuação e desenvolvimento de ofertas do assessoramento, defesa e garantia de
344 direitos, como: recursos humanos, organização de programas e projetos, maior detalhamento das
345 atividades da matriz padronizada, público alvo e entre outros. Explicou que o GT já havia se
346 encerrado em dezembro de 2022 e o seu produto ainda está aguardando assinatura do responsável
347 pelo Ministério. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera comunicou que participou de uma reunião
348 convocada pelos trabalhadores do SUAS em Salvador/BA, na qual foram realizadas denúncias em
349 relação às péssimas condições de trabalho enfrentadas. Sugeriu que o CNAS cobrasse oficialmente o
350 resultado da audiência pública e que o documento fosse encaminhado para a Comissão de Política
351 para decidir qual seria a melhor tratativa para a situação. Acatada a sugestão, passou-se à apresentação
352 do relatório de monitoramento e controle das deliberações das Conferências de Assistência Social
353 pela Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. De posse
354 da palavra, o Conselheiro Carlos Nambu informou que o primeiro mapa de controle social das
355 deliberações das conferências será publicado e divulgado, em que consta os encaminhamentos e ações
356 propostas por cada comissão do Conselho. Explicou que esse mapa será distribuído nas reuniões
357 trimestrais e regionais do CNAS e disponibilizado no *Blog* do CNAS. Dando sequência, passou-se
358 ao relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e
359 Transferência de Renda, realizada no dia 7 de fevereiro de 2023. A Conselheira Raquel de Fátima
360 Antunes Martins, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
361 Combate à Fome – MDS, elencou os conselheiros, convidadas, participantes e membros da Secretaria
362 Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Debate sobre
363 os critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da
364 Política Pública de Assistência Social. Encaminhamentos: 1) A Comissão entende que não há
365 necessidade do restabelecimento da Resolução CNAS nº 212/2006 revogada pelo CNAS por meio da

366 Resolução CNAS nº 81, de 11 de outubro de 2022, e que a mesma servirá de base para a construção
367 de nova resolução com orientação de parâmetros para critérios e prazos dos Benefícios Eventuais
368 para os conselhos municipais; 2) Solicitar à SNAS o encaminhamento de propostas dos principais
369 aspectos a serem considerados para a regulação dos Benefícios Eventuais; 3) Integrantes da Comissão
370 produzirão uma versão preliminar de resolução que será circulada no grupo da CABSTR para
371 contribuições e posteriormente discutida na reunião da Comissão em abril: Conselheira Raquel,
372 Conselheira Bruna, Conselheira Solange e Conselheira Edna. Item 2. Análise e atualização do Mapa
373 de Monitoramento das Deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social afetas à
374 CABSTR. Encaminhamentos: 1) A Comissão fez o debate e atualização do referido mapa, que será
375 encaminhado à Comissão de Monitoramento das deliberações da 12ª Conferência Nacional; 2) A
376 Comissão propõe o seguinte encaminhamento, de forma a monitorar aspectos relacionados à
377 deliberação sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC: Consultar o Conselho Nacional dos
378 Direitos da Pessoa Idosa – CNDI se há algum estudo ou debate em seu âmbito sobre a redução da
379 idade de 65 para 60 anos para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Item
380 3. Retomada da discussão e encaminhamentos sobre o crédito consignado. Encaminhamento:
381 Encaminhar ofício ao Ministro do MDS informando a preocupação do CNAS em relação ao tema,
382 anexando a “Manifestação do CNAS sobre o empréstimo consignado a beneficiários do auxílio Brasil
383 e BPC”, enfatizando o interesse do CNAS em participar desse debate e da construção de alternativas
384 de gestão dos consignados. O tema consta no Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento de
385 Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda – 2022/2024. Item 4. Outros assuntos: 4.1
386 Ofício nº 329/2022/SEDS/SNAS/DBA/CGBA, que solicita divulgação, aos entes federados do
387 documento sobre Auxílio-Inclusão. Encaminhamento: Retomar o tema em outra oportunidade, após
388 leitura do documento pelos conselheiros da Comissão, realizando convite futuro para um
389 representante da SNAS e do CONADE para tratar do tema. 4.2 Desdobramentos da recomendação
390 do CNAS à SNAS e ao FNAS para que haja uma orientação aos gestores e fundos de assistência
391 social municipais, estaduais e do Distrito Federal sobre recursos de programas que estão alocados nos
392 fundos de assistência social, à exemplo do Programa Moeda Social Itajuru, de Cabo Frio, RJ:
393 Encaminhamento: Encaminhar ofício à SNAS/MDS solicitando posicionamento do Fundo Nacional
394 de Assistência Social sobre a necessidade de orientar a gestão e fundos de assistência social sobre
395 recursos de programas que estão alocados nos fundos, mesmo não sendo provenientes de repasse de
396 recursos federais, a exemplo do Programa Moeda Social Itajuru, de Cabo Frio, RJ, anexando o

397 processo do SEI que trata da referida consulta realizada pelo CNAS à então Secretaria de Gestão de
398 Fundos e Transferência do Ministério da Cidadania. 4.3 Demandas recebidas no CNAS com
399 questionamentos sobre a Instrução Normativa Conjunta Averiguação Cadastral Unipessoal
400 (CEAS/BA e São José dos Pinhais, PR). Encaminhamentos: 1) Encaminhar aos demandantes cópia
401 da Instrução Normativa Conjunta SAGI-CAD-SENARC nº 1/2023, que suspende temporariamente
402 os prazos do cronograma de repercussões do processo de Averiguação Cadastral Unipessoal, de que
403 trata a Instrução Normativa Conjunta nº 06 /SECAD/SE/SEDS/SENARC/MC, de 20 de dezembro de
404 2022, e dá outras providências; 2) Convidar a SAGI-CAD para apresentar dados das famílias
405 unipessoais registradas no CadÚnico e para expor estratégias que estão sendo desenvolvidas no
406 âmbito dos procedimentos administrativos, em abril 2023. 4.4 Informe sobre demanda do CMAS
407 Ferros, MG que solicita orientação sobre o grande número de denúncias relacionadas ao Programa
408 Auxílio Brasil. A SENARC foi consultada e a orientação é que as denúncias devem ser enviadas à
409 Ouvidoria do Ministério, seguindo o fluxo para esse tipo de demanda. No *link* abaixo há um
410 formulário que deve ser preenchido pelo denunciante:
411 <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>.
412 A Coordenação Técnica respondeu ao CMAS de Ferros, MG com a referida orientação. Item 5.
413 Cadastramento e atualização de cadastro no CadÚnico para a População em Situação de Rua.
414 Encaminhamento: Esse tema será encaminhado para a Comissão de Política, que fará a discussão de
415 forma articulada com a SAGI-CAD. Item 6. Recebimento do documento: “LACUNAS NO ACESSO,
416 GESTÃO E OPERAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC) AOS
417 REQUERENTES IDOSOS E COM DEFICIÊNCIA” (Profa. Aldaiza Sposati e pesquisadoras).
418 Encaminhamentos: 1) Enviar por *e-mail* o referido documento para leitura dos conselheiros da
419 Comissão; 2) Encaminhar à CIT solicitação de um informe sobre os desdobramentos do GT-BPC
420 para conhecimento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e
421 Transferência de Renda, que se reunirá no dia 14 de abril de 2023; 3) Na reunião de abril os
422 conselheiros irão se informar sobre os desdobramentos do GT-BPC da CIT e avaliar o melhor
423 momento para realização de uma oficina sobre o tema com a presença dos pesquisadores. Item 7.
424 Definição da pauta da Comissão – 14 de abril de 2023, sexta-feira, e do principal ponto de pauta para
425 publicação no Diário Oficial da União: 7.1. Construção de nova resolução com orientação de
426 parâmetros para critérios e prazos dos Benefícios Eventuais para os conselhos municipais (principal
427 ponto de pauta); 7.2. Apresentação de dados das famílias unipessoais registradas no CadÚnico e para

428 expor estratégias que estão sendo desenvolvidas no âmbito dos procedimentos administrativos, em
429 abril 2023. Convidada: SAGI-CAD/MDS; 7.3. Avaliação da Oficina da RDA – CadÚnico. Ressalta-
430 se que os encaminhamentos da reunião do dia 14 de abril serão relatados e aprovados no Pleno de
431 maio, considerando que a mesma acontecerá na sexta-feira após a realização do Pleno de abril.
432 Abrindo para os destaques, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins solicitou que fosse
433 incluída a seguinte frase no final do segundo encaminhamento do Item 2: “... *considerando o Sistema*
434 *de Proteção Social e a idade de aposentadoria do Regime Geral*”. Com relação ao Item 4.3, a
435 Conselheira Bruna Cristina Neves Carnellosi, representante da Associação Rede Brasileira da Renda
436 Básica – RBRB, sugeriu solicitar informações das famílias unipessoais para que possam saber quais
437 já estavam em famílias já cadastradas no Cadastro Único. Realizada adequação no segundo
438 encaminhamento do referido item, ficando com a seguinte redação: “Apresentação de dados das
439 famílias unipessoais registradas no CadÚnico e para expor estratégias e detalhar as informações dos
440 Unipessoais que estão sendo desenvolvidas no âmbito dos procedimentos administrativos, em abril
441 2023 e quantificar, se possível, o número de Unipessoais que estavam cadastrados anteriormente”.
442 Não havendo mais destaques, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
443 Socioassistenciais e Transferência de Renda foi considerado aprovado pela unanimidade dos
444 conselheiros presentes. Passando ao relato da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional
445 de Assistência Social, realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2023, a Presidente Margareth Alves
446 Dallaruvera elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva presentes e
447 relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Designação de Colaborados Eventuais
448 – Processo Conferencial 2023. Encaminhamentos: 1) A Comissão Organizadora propõe para
449 apreciação da Plenária a seguinte relação de possíveis colaboradores eventuais para tratar das
450 questões programáticas, organizativas do processo conferencial de 2023: Marcia Lopes; Edval
451 Bernadino Campos; Renato de Paula; Jucimere Isolda; Abigail Torres; Denise Colin; Renata Ferreira;
452 Zelma Madeira; Carlos Maciel; Luzielle Tapajos; Maria Helena Tavares; Edileuza Maria de Oliveira;
453 Aldenora Gonzalez; 2) A Presidente do CNAS fará o primeiro contato com os possíveis colaboradores
454 eventuais para consultar a disponibilidade de participação nesse trabalho de apoio à Comissão visando
455 a confirmação de seis colaboradores, priorizando os segmentos da sociedade civil; 3) O CNAS
456 formalizará o convite aos seis colaboradores solicitando uma proposta do Informe nº 03/2023 da 13ª
457 Conferência Nacional; 4) Orientações temáticas e organizativas para as conferências Municipais de
458 Assistência Social a partir do que já foi discutido no CNAS em dezembro/2022 e fevereiro/2023, para

459 apresentação na reunião da Comissão de março. Item 2. Proposta de informes a serem produzidos
460 para orientar o processo conferencial: Informe nº 01/2023 da 13ª Conferência Nacional –
461 Recomendações aos Conselhos para garantir participação e acessibilidade nas Conferências de
462 Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão Organizadora propõe para apreciação e aprovação
463 da Plenária o referido informe; Informe nº 02/2023 da 13ª Conferência Nacional – Recomendações
464 aos Conselhos e Gestores para garantir a participação dos Usuários nas Conferências de Assistência
465 Social. Encaminhamento: A Comissão Organizadora propõe para apreciação e aprovação da Plenária
466 o referido informe, com a ressalva de que ele será divulgado após os ajustes de redação em função da
467 alteração da Resolução nº 11/2015 sobre os usuários que será apreciada no Pleno; Informe nº 03/2023
468 da 13ª Conferência Nacional – Orientações temáticas e organizativas para as conferências Municipais
469 de Assistência Social (a ser construído e proposto pelos colaboradores eventuais e apreciado pela
470 Comissão e aprovado no Pleno do CNAS). Encaminhamento: Os Colaboradores Eventuais farão a
471 proposta do informe a partir das orientações da Comissão Organizadora, que será apreciado pela
472 Comissão Organizadora em março; Informe nº 04/2023 da 13ª Conferência Nacional – Distribuição
473 de Delegados da esfera municipal, estadual e do Distrito Federal. Encaminhamentos:1) Solicitar ao
474 Departamento da SNAS (Departamento de Gestão do SUAS – DGSUAS/SNAS estudo técnico e
475 memória de cálculo de distribuição de delegados da 13ª Conferência Nacional para apresentação na
476 reunião da Comissão em março, considerando as seguintes definições da Comissão Organizadora: A
477 13ª Conferência Nacional de Assistência Social terá em torno de 1.800 delegados representantes da
478 esfera municipal, estadual e do Distrito Federal, garantindo a paridade entre a representação
479 governamental e da sociedade civil, bem como a proporcionalidade entre os três segmentos da
480 sociedade civil (usuários, trabalhadores e entidades). Ressalta-se que este total contém 60 delegados
481 de âmbito Federal e 36 conselheiros natos; 2) Anexar ao ofício cópias dos informes sobre a
482 distribuição de delegados da 10ª, 11ª e 12ª conferências nacionais de Assistência Social; Informe nº
483 05/2023 da 13ª Conferência Nacional – Orientações temáticas e organizativas para as conferências
484 estaduais de Assistência Social (a ser construído e proposto pelos colaboradores eventuais e apreciado
485 pela Comissão e aprovado no Pleno do CNAS). Encaminhamento: Os Colaboradores Eventuais farão
486 a proposta do informe a partir das orientações da Comissão Organizadora, que será apreciado pela
487 Comissão e Plenária do CNAS em momento oportuno; Informe nº 06/2023 da 13ª Conferência
488 Nacional – Orientações temáticas e organizativas para a conferência de Assistência Social do Distrito
489 Federal (a ser construído e proposto pelos colaboradores eventuais e apreciado pela Comissão e

490 aprovado no Pleno do CNAS). Encaminhamento: Os Colaboradores Eventuais farão a proposta do
491 informe a partir das orientações da Comissão Organizadora, que será apreciado pela Comissão e
492 Plenária do CNAS em momento oportuno. Item 3. Formato e estrutura da 13ª Conferência Nacional
493 de Assistência Social (implicações diretas no Termo de Referência). Encaminhamentos: 1) Número
494 de delegados: 1.800 - prever no TR uma cota de acompanhantes para delegados com deficiência
495 visual; 2) Número de colaboradores (palestrantes), conferencistas, convidados, expositores de
496 estandes e apoio técnico: a ser definido nas próximas reuniões da Comissão Organizadora; 3) Número
497 de “observadores”: 300 - a Comissão Organizadora confirmará esse número considerando a
498 disponibilidade do espaço físico de realização da Conferência e definirá oportunamente os critérios
499 de inscrição para o preenchimento das vagas; 4) Painéis: os colaboradores eventuais farão proposta
500 de programação para apreciação desta Comissão Organizadora; 5) Oficinas e/ou grupos de trabalho:
501 os colaboradores eventuais farão proposta de oficinas, já com o indicativo dessa Comissão de previsão
502 de uma da oficina sobre a População em Situação de Rua; entre outras; 6) Prêmio Mérito CNAS –
503 Boas Práticas - a Comissão Organizadora proporá a criação de um grupo de conselheiros integrantes
504 desta Comissão para construir a proposta da referida premiação, definindo objetivos, critérios,
505 participação, etapas de análise e seleção, entre outras questões, podendo convidar colaboradores; e
506 propõe que essa premiação considere as cinco regiões do Brasil. Prever visitas *in loco* por
507 conselheiro(a) acompanhado de um(a) técnico(a) aos projetos classificados, visando confirmar as
508 boas práticas, dando preferência a(o) conselheiro(a) que reside no Estado, caso contrário a indicação
509 será feita pela Presidência Ampliada; 7) Vídeos da 13ª Conferência Nacional: produção de vídeos
510 abordando a temática e os cinco eixos; 8) Estandes: a Comissão Organizadora propõe a previsão de
511 34 estantes, sendo MDS; CNAS; CONGEMAS; FONSEAS; Usuário; Entidades e Trabalhadores e
512 27 para os CEAS e CAS/DF. Caso não tenha espaço suficiente, serão agrupados os segmentos da
513 Sociedade Civil em um único estande; o CONGEMAS e FONSEAS em outro; e cinco estandes com
514 os CEAS e CAS/DF distribuídos por região; 8) Apresentação cultural: a Comissão Organizadora
515 propõe como critério para a seleção de apresentações culturais na 13ª Conferência, considerando as
516 cinco regiões brasileiras e que as mesmas tragam a representatividade dos usuários do SUAS (pessoas
517 com deficiência, idosos, criança e adolescente, povos tradicionais, indígenas, população de rua). Os
518 conselheiros que representarão o CNAS nas conferências municipais das capitais e nas conferências
519 estaduais deverão estar atentos com vistas a propor a indicação de apresentações culturais realizadas
520 nessas conferências que serão avaliadas pela Comissão Organizadora. Item 4. Colaboradores do

521 Ministério no Processo Conferencial – 2023: Encaminhamentos: 1) Convidar os referidos
522 colaboradores para reunião da Comissão de março; 2) Dialogar com o Ministro de Estado do MDS,
523 no dia 9 de fevereiro, para fazer articulação com a ASCOM do MDS sobre a 13ª Conferência Nacional
524 de Assistência Social. Item 5) Teleconferências sobre o Processo Conferencial – 2023.
525 Encaminhamentos: 1) A Comissão propõe focar nas Reuniões Trimestrais, Reunião Descentralizada
526 e Ampliada de abril e principalmente nas reuniões regionais como preparatórias da conferência; 2)
527 Realizar uma teleconferência mais próxima da data da 13ª Conferência Nacional. Item 6) Logomarca
528 da 13ª Conferência Nacional. Encaminhamentos: 1) Encaminhar ofício a Assessoria de Comunicação
529 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome solicitando
530 proposta de logomarca para 13ª Conferência para apreciação da Comissão Organizadora na reunião
531 do mês de março; 2) Informar no ofício o tema da conferência, bem como as propostas preliminares
532 dos eixos e anexar a cópia da resolução de convocação. Item 7) Retrato das Conferências Nacionais.
533 Encaminhamentos: 1) Alterar o título do documento para “Linha do Tempo das Conferências
534 Nacionais de Assistência Social”; 2) Incluir no documento: A Conferência Zero; a Conferência de
535 1999 que não foi convocada pelo Governo FHC; a Conferência de 2019 que foi “revogada
536 (desconvocada) nos termos do parecer da CONJUR/MC 00201/2019, conforme Resolução CNAS nº
537 15 de 25 de abril de 2019”. O parecer da CONJUR/MC orientou pelo voto qualificado e em votação
538 no pleno do CNAS, Sociedade Civil, o CONGEMAS e o FONSEAS foram vencidos. No ano citado,
539 foi convocada pela Sociedade Civil do CNAS e movimentos em defesa dos SUAS à Conferência
540 Nacional Democrática; 3) Que o Cerimonial apresente antes da abertura da 13ª Conferência Nacional
541 o resumo das conferências de assistência social realizadas até o momento, informando o número da
542 conferência e se foi convocada de forma ordinária ou extraordinária; o tema, o nome do Presidente
543 do CNAS; e o nome do Ministro; 4) Que a Secretaria Executiva prepare uma apresentação com a
544 integra desse documento para ser passada no telão na área externa dos estandes. Item 8. Parecer da
545 CONJUR sobre a Conferência Democrática. Encaminhamentos: 1) O CNAS acolhe o Parecer da
546 CONJUR sobre a Conferência Nacional Democrática; 2) A Frente em Defesa do SUAS entregará
547 oficialmente ao CNAS, as deliberações aprovadas na Conferência Nacional Democrática; 3) O CNAS
548 acatará as referidas deliberações da Conferência Nacional Democrática, por meio de resolução; 4)
549 Durante a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, acontecerá um Ato Político de
550 reconhecimento das deliberações da Conferência Nacional Democrática, que deverão constar nos
551 anais da 13ª Conferência Nacional. Item 9. Ofício CEAS Pará 27/2023 – referente ao período da

552 Conferência Estadual ultrapassando o período estabelecido da Resolução CNAS 90/2022.
553 Encaminhamentos: 1) Reiterar ao CEAS/PA e aos demais CEAS e CAS-DF os prazos estabelecidos
554 na resolução CNAS nº 90/2022 para realização das conferências municipais e estaduais e solicitar a
555 compreensão de todos os entes federados para o cumprimento do cronograma, tendo em vista o
556 processo conferencial para a 13ª Conferência Nacional; 2) Informar oficialmente aos CEAS e
557 CAS/DF que o prazo final de recebimento dos relatórios das conferências estaduais e do DF será até
558 30 de outubro de 2023. Item 10. Data e proposta de pauta da 2ª Reunião da Comissão Organizadora
559 da 13ª Conferência Nacional. Dia: 07/03/2023: 10.1. Apresentação da Proposta do Informe nº 03 –
560 Orientações temáticas e organizativas para as conferências Municipais de Assistência Social.
561 Convidados: Colaboradores eventuais – (dois presencialmente e os demais de forma virtual); 10.2.
562 Apresentação de propostas de logomarca da 13ª Conferência Nacional. Convidada: ASCOM/MDS;
563 10.3. Apresentação de estudo técnico e memória de cálculo de distribuição de delegados da 13ª
564 Conferência Nacional. Convidada: SNAS/MDS; 10.4. Definição dos custos de participação dos
565 delegados na 13ª Conferência Nacional. Convidada: SNAS/MDS; 10.5. Definição da composição do
566 grupo que construirá a proposta do Prêmio ao Mérito CNAS – Boas práticas; 10.6. Definição da pauta
567 da reunião da Comissão de abril/23. Abrindo aos destaques, a Presidente Margareth Alves
568 Dallaruvera informou que até o momento foram confirmados os seguintes nomes da equipe de
569 colaboradores: Rosangela Maria Sobrinho Souza em substituição a Sra. Maria Lopes, Aldenora
570 Gomes González e Edval Bernadino Campos e comprometeu-se em confirmar os últimos três nomes
571 até o segundo dia de reunião. O Conselheiro Rafael Machado da Silva lembrou que expressou o seu
572 desejo de participar da Comissão de Organização da 13ª Conferência Nacional e ainda não recebeu
573 um retorno. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que os conselheiros não podem ser
574 colaboradores eventuais e que a composição da Comissão Organizadora era formada pela presidência,
575 vice-presidência e coordenadores das demais comissões. A Vice-Presidente Solange Teixeira
576 explicou que as indicações realizadas para os colaboradores são de pessoas renomadas, porém,
577 sugeriu que os conselheiros governamentais pudessem se reunir para realizar a indicação também de
578 pelo menos dois nomes. O Conselheiro Agostinho Soares Belo defendeu o pleito do CEAS/PA que
579 solicitou a prorrogação do prazo para o envio do relatório da conferência estadual e a Presidente
580 Margareth Alves Dallaruvera esclareceu que foi acatada a solicitação, porém, o CEAS/PA deverá
581 entregar o seu relatório até o dia 30 de outubro de 2023. Retomada a discussão sobre a indicação de
582 colaboradores pela representação governamental, foram externadas todas as opiniões e manifestações

583 e foram definidos os seguintes encaminhamentos: 1) A presidente consultará aos colaboradores
584 indicados a disponibilidade de participação; 2) Que seja indicado um representante do segmento de
585 psicologia que tenha experiência em conferência e disponibilidade de tempo. Na sequência, foi
586 realizada a leitura da minuta de Informe nº 01/2023 da 13ª Conferência Nacional – Recomendações
587 aos Conselhos para garantir participação e acessibilidade nas Conferências de Assistência Social.
588 Feitas as correções necessárias e as contribuições consensuadas, a referida minuta foi aprovada pela
589 unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida, foi realizada a leitura da minuta de Informe nº
590 02/2023 da 13ª Conferência Nacional – Recomendações aos Conselhos e Gestores para garantir a
591 participação dos Usuários nas Conferências de Assistência Social. Feitas as correções necessárias e
592 as contribuições consensuadas, a referida minuta foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros
593 presentes. Feitos todos os destaques no relato, foram incluídos os seguintes encaminhamentos da
594 plenária: Item 3: Que para além do grupo do Mérito CNAS Boas Práticas formadas por integrantes
595 da Comissão Organizadora, cada segmento do CNAS indicará uma representante para construir na
596 construção da proposta. Item 4: Incluir no documento para o Ministro essa demanda acima; Item 6:
597 Preparar um vídeo narrado com o conteúdo do documento: Linha do Tempo das Conferências
598 Nacionais de Assistência Social, não esquecendo as recomendações de acessibilidade. Não havendo
599 mais destaques, o relato da reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de
600 Assistência Social foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. **ENCERRAMENTO**
601 **09/02/2023:** Não havendo tempo hábil para apreciação dos demais itens da pauta do dia, a Presidente
602 Margareth Alves Dallaruvera agradeceu presença de todos, encerrando o primeiro dia da 314ª
603 Reunião Ordinária CNAS. **ABERTURA 10/02/2023:** A Presidente Margareth Alves Dallaruvera
604 iniciou o segundo dia da 314ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos. Em seguida,
605 solicitou à Sra. Randriene Maia, Secretária Executiva do CNAS, que realizasse a verificação do
606 quórum. Verificada a existência de quórum, a Presidente Margareth Alves Dallaruvera realizou o
607 relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS, realizada no dia 8 de fevereiro de 2023. Elencou
608 os conselheiros e membros da Secretária Executiva presentes e explanou que foram debatidos os
609 seguintes itens de pauta: Item 1. Proposta de trabalho para desenvolvimento dos vídeos para
610 comunicação institucional do CNAS enviada pela AST - Agência Social de Talentos, no dia 6 de
611 dezembro de 2022. Encaminhamento da PA: A Secretária Executiva irá avaliar a possibilidade de
612 viabilizar os custos apresentados na proposta (R\$ 6.000,00), por meio de carta convite ou outras
613 formas de contratação, inclusive patrocínio. Item 2. *E-mail* do CEAS/MA, recebido no dia 8 de

614 dezembro de 2022, que envia a Nota de Repúdio em razão da atual situação da Política de Assistência
615 Social na capital do Estado, a cidade de São Luís/MA. Encaminhamento da PA: A situação
616 apresentada pelo CEAS/MA foi resolvida. Item 3. Ofício nº 59/2022 do CONGEMAS, enviado no
617 dia 9 de dezembro de 2022, sobre a informação disseminada pelo Ministério da Cidadania do
618 “Lançamento oficial do Sistema Integrado de Prestação de Contas – SIPC”, transmitido pelo *Youtube*,
619 no *Blog* do FNAS e da RedeSUAS no dia 12/12. Encaminhamento da PA: Responder ao Presidente
620 do CONGEMAS que a conselheira Magali Basile (representante do CONGEMAS no CNAS) e a
621 conselheira Ana Gabriela Sambiasi (representante do MDS) informaram a Presidência Ampliada que
622 a SNAS, CONGEMAS e FONSEAS discutiram sobre o assunto na Reunião Extraordinária da CIT
623 do dia 7 de fevereiro e o Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão se comprometeu
624 a chamar uma reunião do FNAS juntamente com o CONGEMAS e o FONSEAS para tratar do tema.
625 Ressaltando que o FNAS voltou para a SNAS. Item 4. *E-mail* do FNTSUAS, enviado no dia 19 de
626 dezembro de 2022, onde solicita que este Conselho “realize providências quanto a atualização da
627 Legislação do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo - CONSEAS SP”.
628 Encaminhamento da PA: Responder informando que o CNAS tomou conhecimento do assunto e dos
629 seus desdobramentos, e que está solidário com a reivindicação se comprometendo a acompanhar a
630 solução do caso. Item 5. Criação do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas no âmbito
631 do MDS. Encaminhamento da PA: Encaminhar toda a documentação referente as Comunidades
632 Terapêuticas como, as notas do CNAS, da Saúde, Direitos Humanos e População de Rua e convidar
633 o Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas do MDS a estar presente na reunião do
634 CNAS do mês de março para informações sobre o departamento criado. Item 6. Ofício nº 407/2023
635 do Ministério Público Federal, recebido no dia 3 de fevereiro de 2023 – resposta referente à
636 notificação sobre diárias e passagens emitidas pelo Ministério da Cidadania, ano de 2022, para
637 Conselheiros(as) Nacionais. Encaminhamento da PA: Justificar ao MPF sobre a necessidade de
638 realização das reuniões em formato presencial, especialmente em função da participação efetiva dos
639 usuários. Alegar também que essa prática de reuniões presenciais acontecia antes da pandemia,
640 observando-se a economicidade e cumprindo as legislações específicas. Solicitar apoio à SNAS para
641 construção da resposta para o MPF. Item 7. Pactuação da CIT. Encaminhamento da PA: Propor a
642 inclusão na pauta da 314ª Reunião Ordinária da análise da Resolução que aprova a instituição de
643 Programa de Fortalecimento Emergencial de Atendimento do Cadastro Único do SUAS - PROCAD-
644 SUAS. Item 8. Convite: 8.1 Ofício nº 037/2023 do Fórum Municipal dos Usuários do SUAS –

645 FMUSUAS, recebido no dia 3 de fevereiro de 2023, pelo qual convida este Conselho para o III
646 Encontro Municipal dos Usuários do SUAS, nos dias 1 e 2 de junho de 2023 em Manaus, de forma
647 presencial. Encaminhamento da PA: Aprovada a participação da Conselheira Solange Bueno no
648 evento. Item 9. Informes: 9.1 Ofício nº 01/2023 do FONACEAS, recebido no dia 26 de janeiro de
649 2023, pelo qual solicita reunião da Presidência Ampliada do FONACEAS e a Presidente do CNAS
650 no dia 8 de fevereiro de 2023 às 14h. Conforme encaminhamento da Presidente do CNAS, foi
651 respondido ao FONACEAS que a citada reunião não seria possível devido à realização da 314ª
652 Reunião Ordinária do CNAS. Na resposta foi enviado o Calendário 2023 do CNAS. 9.2 *E-mail* do
653 FONACEAS, recebido no dia 8 de fevereiro de 2023, onde solicita a “inclusão do FONACEAS nos
654 informes do CNAS no dia 09/02/2023 às 10 horas para apresentação da atual mesa coordenadora e o
655 calendário de encontros previstos para o ano”. Encaminhamento da PA: A solicitação foi acatada. 9.3
656 A Presidência Ampliada aprovou a inclusão na pauta da 314ª Reunião Ordinária a apresentação da
657 nota de esclarecimento referente a revisão da Resolução CNAS nº 6/2015. Item 10. Informes e
658 encaminhamentos das reuniões das Comissões para deliberação da Presidência Ampliada: 10.1
659 Comissão de Normas da Assistência Social. a) Reunião Extraordinária da Comissão de Normas –
660 híbrida - dia 2 de março – 09:30h às 12h. Assunto: Lei Complementar no 187, de 16 dezembro de
661 2021. Convidado: CONJUR. Encaminhamento da PA: Aprovado; b) Incluir na pauta a ser discutida
662 com o Ministro o seguinte assunto: O desenvolvimento do sistema nacional de inscrição eletrônica
663 das entidades. Ressaltamos que estamos aguardando a construção do referido sistema, desde
664 dezembro de 2018, de acordo com Resolução do CNAS nº 26 de 18 de dezembro de 2018.
665 Encaminhamentos da PA: 1) De acordo, com solicitação de inclusão de pauta com o Ministro; 2) Os
666 representantes (FONSEAS, CONGEMAS, Usuários, Trabalhadores e Entidades) terão três minutos
667 de fala, cada, durante a presença do Ministro na plenária do CNAS; c) Reunião conjunta CN e CP
668 para planejamento e discussão da tipificação para o mês de abril/2023. Encaminhamento da PA:
669 Aprovado; d) As Resoluções CNAS nº 06/2015 e 11/2015 serão finalizadas em 06 de março de 2023,
670 das 9h às 17h, tendo como convidados: Professor Edval Bernardino, Professora Eleonora Cunha e
671 Aldenora González (presencialmente), sendo que a revisão da Resolução CNAS nº 11 será
672 encaminhada pelo Grupo de estudos do segmento dos usuários para a Comissão de Normas.
673 Encaminhamento da PA: Aprovado. A Sra. Aldenora será convidada apenas para o grupo de estudos
674 do segmento dos usuários (Resolução CNAS nº 11/2015). 10.2 Comissão de Acompanhamento de
675 Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. a) A Comissão propôs a data de 14 de abril

676 para a próxima reunião, aguardando a decisão da Presidência Ampliada se haverá outra(s)
677 reunião(ões) de comissões, de forma a definir se o horário da sua reunião será das 10h às 17h ou de
678 9h às 12h30, considerando que a CABSTR é composta por conselheiros que integram as comissões
679 de Política, de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos. Encaminhamento da PA: A Secretaria
680 Executiva irá verificar a melhor data para contemplar o dia todo de reunião; b) A Comissão traz para
681 consideração da Presidência Ampliada a importância de o CNAS reivindicar a participação de
682 representante/s deste Colegiado nos grupos ou câmaras técnicas que estejam discutindo o novo
683 Programa Bolsa Família. Encaminhamentos da PA: 1) Enviar ofício para o Ministro sobre a
684 importância da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
685 Renda do CNAS para acompanhar o desenho do novo Programa Bolsa Família, considerando o
686 acúmulo que tem sobre o tema, indicando a conselheira Coordenadora da CABSTR, Raquel Martins;
687 2) Incluir o assunto na pauta para o Ministro no dia 9 de fevereiro. 10.3 Grupo de estudos do Segmento
688 dos Usuários da Assistência Social. Revisão da Resolução CNAS nº 11/2015, que caracteriza os
689 usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único
690 de Assistência Social. Encaminhamentos: a) Solicitar a PA reunião para dia 6 de março das 9h às 17h
691 em formato presencial: Convidados(as): Ana Carolina Souza Ferreira - Coordenação-Geral de Gestão
692 Descentralizada e Participação Social; Becchara Miranda; Professor Edval Bernardino – UFPA;
693 Professora Eleonora Cunha - DCP/UFMG; Aldenora González – Instituto EcoVida. Encaminhamento
694 da PA: Aprovado. 10.4 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social: a)
695 Definição da Programação das seguintes reuniões: (Ponto Principal); b) Reunião Trimestral do CNAS
696 com os CEAS e CAS/DF, a ser realizada no dia 06 de março/2023. Encaminhamento: Apresentar à
697 PA a minuta de pauta da reunião trimestral do CNAS, com as contribuições a serem referendadas
698 pela Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional. Minuta da Reunião Trimestral: Data: 06
699 de março de 2023 (presencial). Horário: 09h às 17h. Local: Ambiente do CNAS: 9h às 10h – Abertura
700 (Presidente e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), informes dos
701 Coordenadores das Comissões do CNAS, Secretaria Nacional – SNAS/MDS e CEAS e CAS/DF; 10h
702 às 12h - TEMA 1: Proposta de Trabalho (Grupos de trabalho de entidades, de usuários e de
703 trabalhadores previamente às oficinas, com a finalidade de uma escuta qualificada para os debates).
704 Facilitador/convidado: representante a ser definido pelos segmentos. Relator: indicado pelo grupo de
705 trabalho; 12h às 14h – Almoço; 14h às 15h30 - Tema 2: Proposta de Trabalho (Contextualização da
706 transversalidade das políticas sociais, da linguagem acessível e das pré-conferências). Coordenação

707 da CAC do CNAS; 15h30 às 16h30 – Debate; 16h30 às 17h – Encerramento. Encaminhamento da
708 PA: Aprovado; c) Reuniões Regionais do CNAS, a serem realizadas nos dias 22 e 23 de março/2023
709 e 26, 27 e 28 abril/2023. Encaminhamentos: 1) Apresentar à PA a minuta de pauta das reuniões
710 regionais do CNAS, com as contribuições a serem referendadas pela Comissão Organizadora da 13ª
711 Conferência Nacional; 2) Encaminhar ofício-circular aos CEAS e CAS/DF consultando sobre
712 disponibilidade de sediar a reunião regional nos dias 22 a 23/03, 26 a 27/04 ou 27 a 28/04/2023.
713 Minuta de pauta da Reunião Regional do CNAS: março e abril/2023. Local: a definir. Endereço: a
714 definir. Datas: 22 e 23 de março (duas regiões) e abril 3 regiões (datas: 26 e 27/04, e, 27 e 28/04).
715 Objetivo geral: Discutir o processo conferencial 2023. Manhã: 8h30 às 9h - Recepção dos
716 participantes da Região Regional (Credenciamento). Abertura: 9h às 9h30 - Presidente ou Vice-
717 presidente do CNAS, Representante da CAC, Representante do Estado anfitrião (CEAS e/ou CMAS
718 da Capital), convidados: a definir. 09:30 às 10h - Tema 1: Proposta de Trabalho (Dinâmica das
719 oficinas nas conferências (Grupos de trabalho de entidades, de usuários e de trabalhadores
720 previamente às oficinas, com a finalidade de uma escuta qualificada para os debates)).
721 Convidado/Palestrante: a definir. Coordenação da mesa: CAC/CNAS (Governo). Mediador/a:
722 Sociedade Civil a definir. 0h às 12h – Debate; 12h às 14h – Almoço. Tarde: 14h às 15h - Tema 02:
723 Proposta de Trabalho (Contextualização da transversalidade das políticas sociais (linguagem
724 acessível e das pré-conferências)). Convidado/Palestrante: a definir. Coordenação da mesa:
725 CAC/CNAS (Sociedade Civil). Mediador/a: CAC/CNAS (Governo); 15h às 17h - Debate e
726 encaminhamentos. Dia 23/03/2023: Manhã – 9h às 10h - Informes - a definir. 10h às 11h30 - Roda
727 de conversas; 11h30 às 12h – Encerramento. Encaminhamento da PA: Aprovado. 10.5 Comissão de
728 Controle Social das Deliberações das Conferências. Na 314ª Reunião Ordinária a Comissão de
729 Controle Social das Deliberações das Conferências realizará o anúncio de disponibilização do
730 “conferir” 2021 para a sociedade e compartilhará o material na Reunião Trimestral no dia 6 de março
731 e nas Reuniões Regionais. Relembrando que, entre os meses de outubro e novembro será realizada a
732 apresentação dos resultados das ações de implementação do referido “conferir”. Encaminhamento da
733 PA: Aprovado. 10.6 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Solicitação de
734 Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e Comissão de
735 Políticas Articuladas do SUAS para o monitoramento da execução das metas do Programa Nacional
736 de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, no mês de maio.
737 Encaminhamento da PA: Aprovado. Item 11. Pauta da 315ª Reunião do CNAS – Março/2023: Dia

738 06/03/2023 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: 9h às 17h - Reunião Trimestral
739 do CNAS com os CEAS e CAS/DF. Dia 06/03/2023 – Grupos de Estudo - 9h às 17h: Reunião do
740 Grupo de Estudos do Segmento de Usuários da Assistência Social do CNAS e Reunião do Grupo de
741 Estudo do Segmento de Trabalhadores da Assistência Social do CNAS. Dia 07/03/2023 – Reunião
742 de Comissão: 9h às 17h - Reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de
743 Assistência Social. Dia 08/03/2023 – Reunião de Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão de
744 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, Reunião da Comissão de Financiamento e
745 Orçamento da Assistência Social, Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social, Reunião
746 da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS; 16h às 18h - Reunião da Presidência Ampliada do
747 CNAS. Dia 09/03/2023 – 315ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h - Aprovação da ata da 314ª
748 Reunião Ordinária e da pauta da 315ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h às 11h - Informes da
749 Presidência/Secretaria Executiva, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 11h
750 às 12h - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS;
751 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Assistência
752 Social; 15h às 16h - Apresentação das ações do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas
753 no âmbito do MDS. Convidado: Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas do MDS. Dia
754 10/03/2023 – 315ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h30 - Relato da reunião da Presidência
755 Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento
756 da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos
757 Conselhos da Assistência Social; 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Normas da
758 Assistência Social; 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS.
759 Abrindo aos destaques, a Conselheira Edna Aparecida Alegro informou que o setor de comunicação
760 social da Federação Nacional das Associações Pestalozzi colocou-se à disposição do CNAS para
761 elaborar os vídeos para comunicação institucional do CNAS sem custos. O Conselheiro Anderson
762 Lopes Miranda comunicou que será criada a Secretaria Nacional de Álcool e Drogas no âmbito do
763 Ministério da Saúde que tratará as questões das Comunidades Terapêuticas. Com a palavra, o
764 Conselheiro Rafael Machado da Silva discorreu que recebeu mais uma notícia da morte de mais uma
765 pessoa em situação de rua em Maceió/AL e de duas tentativas de assassinato de duas mulheres e
766 solicitou que o CNAS encaminhasse um ofício ao desembargador de Alagoas. A Presidente
767 Margareth Alves Dallaruvera solicitou que o conselheiro aguardasse a finalização da apreciação do
768 relato para que fosse definido um posicionamento do CNAS. Feitos todos os destaques, foram

769 definidos os seguintes encaminhamentos da plenária: Item 5: 1) Aprovado o convite para o
770 Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas do MDS a estar presente na reunião do CNAS
771 do mês de março para informações sobre o departamento criado; 2) Sendo criado o comitê no âmbito
772 da SNAS para tratar das Comunidades Terapêuticas, o CNAS irá sugerir a participação do Conselho
773 Federal de Psicologia; 3) O Movimento População em Situação de Rua encaminhará para o CNAS e
774 SNAS o convite para que o debate sobre o tema, juntos aos movimentos seja realizado na mesma data
775 proposta por este Pleno. Item 10.1 - A: Convidar também a Dra. Rozangela Borota Teixeira; Item
776 10.1 – C: A reunião conjunta será realizada no mês de junho; Item 10.1 – D: A Sr. Aldenora será
777 convidada também para a reunião da Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de
778 Assistência Social no dia 7 de março. Item 10.4 – B: Inclusão dos informes dos Coordenadores das
779 Comissões do CNAS na minuta de programação da Reunião Trimestral. Com relação à pauta, foram
780 realizadas as adequações consensuadas, sendo aprovada a seguinte pauta para a 315ª Reunião
781 Ordinária: Dia 09/03/2023: 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de
782 Segmentos que compõem o CNAS; 10h às 11h - Aprovação da ata da 314ª Reunião Ordinária e da
783 pauta da 315ª Reunião Ordinária do CNAS; 11h às 12h - Informes da Presidência/Secretaria
784 Executiva, SNAS-MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 14h às 15h - Apresentação
785 das ações do Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas no âmbito do MDS. Convidado:
786 Departamento de Apoio às Comunidades Terapêuticas do MDS; 15h às 18h - Relato da reunião da
787 Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 10/03/2023: 9h às
788 10h30 - Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS; 10h30 às 12h - Relato da reunião da
789 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 14h às 15h - Relato da reunião da
790 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 15h às 16h - Relato da reunião
791 da Comissão de Normas da Assistência Social; 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão de
792 Políticas Articuladas ao SUAS. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera observou que o ofício
793 encaminhado pela CTB-SP ao *e-mail* errado deve ser incluído no Item 8 e realizou a sua leitura para
794 conhecimento dos conselheiros. Realizada a sua inclusão, definiu-se o seguinte encaminhamento da
795 Plenária: Aprovada a indicação do Conselheiro Agostinho. Aprovado o relato da reunião da
796 Presidência Ampliada do CNAS pela unanimidade dos conselheiros presentes, a Presidente
797 Margareth Alves Dallaruvera informou sobre a nomeação do Conselheiro Guilherme e sobre o
798 apostilamento do Conselheiro Leonardo, que continuaram como conselheiros do CNAS. Com a
799 palavra, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho notificou sobre a nomeação da Sra. Randriene

800 Maia para a Secretaria Executiva do CNAS. Passando ao relato da reunião da Comissão de
801 Financiamento e Orçamento de Assistência Social, realizada no dia 8 de fevereiro de 2023, a
802 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os conselheiros, convidados e membros da
803 Secretaria Executiva da CNAS presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de pauta:
804 Item 1. Apresentação do status das propostas da Comissão deliberadas pelo plenário. A Coordenação
805 Técnica informou que não há encaminhamentos pendentes da Comissão. Item 2. Status da LOA 2022
806 e 2023. Com a palavra, o Sr. Adailton Amaral B. Leite, Assessor da SNAS/MDS, apresentou o quadro
807 com a execução do Programa 5031 – SUAS referente ao Orçamento da SNAS/FNAS 2022.
808 Encaminhamentos: 1) PEC 383 – atualizar o estudo sobre o impacto orçamentário da PEC; 2)
809 Diagnóstico do impacto da redução orçamentária - LOA 2022 (com base na capacidade instalada); 3)
810 Diagnóstico da ampliação orçamentária 2023; 4) Diagnóstico da Vigilância Socioassistencial com
811 projeção da possibilidade de expansão para 2024; 5) Divulgação para a sociedade por meio de rede
812 sociais dos itens 2 e 3; 6) Alocar recursos de emendas parlamentares para a Ação 8893 para ampliação
813 e estruturação da Vigilância e principalmente par ao IGD-SUAS, considerando o ano da Conferência.
814 Item 3. Discutir e propor a classificação orçamentária da assistência social – Função 08.
815 Encaminhamento: Pautar esse tema na comissão na reunião do mês março/23, onde o FNAS
816 apresentará o sistema SIPC – Sistema Integrado de prestação de contas. Convidados: DEFNAS,
817 SNAS e IPEA. Item 4. Portaria nº 854, de 30 de dezembro de 2022, que altera a Portaria nº 754, de
818 31 de março de 2022, e dá outras providências. Encaminhamento: Solicitar à SNAS a verificação dos
819 impactos em relação à pactuação dos critérios de repasse dos recursos dos serviços previstos, com
820 destaque no art. 7º, §2º da Portaria 460 restabelecida. Item 5. Apresentação do Relatório Final da
821 Execução Orçamentária e Financeira do FNAS – Exercício 2022. Com a palavra, a Sra. Bruna
822 Angélica Silva Ribeiro, Coordenadora da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária, Financeira
823 e Contábil e Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DEFNAS/SNAS/MDS,
824 explicou e demonstrou os quadros do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do
825 FNAS – Exercício 2022. Encaminhamento: Recomendar a aprovação do Relatório Final da Execução
826 Orçamentária e Financeira do FNAS – exercício 2022 (quórum qualificado). Item 6. Resolução
827 Pactuada na CIT – Programa de Fortalecimento do PROCAD-SUAS. A resolução pactuada na CIT
828 será apreciada na Reunião Ordinária do CNAS, pleno. Item 7. Módulo de Orientação Técnica I: Tema
829 – Orçamento e Financiamento do SUAS. A comissão não teve tempo hábil para apreciação deste
830 ponto, resolvendo pautar na reunião do mês de março. Item 8. Apreciação do Ofício

831 60/2022/SDS/DIAS/CEAS. Encaminhamento: Encaminhar resposta do Fundo Nacional de
832 Assistência Social ao demandante. Item 9. Definição da pauta de MARÇO/2023, do assunto principal
833 e dos convidados, se houver: 9.1 Apreciação do Relatório Final da ação 8249 – Funcionamento dos
834 Conselhos de Assistência Social, exercício 2022. Convidado: Secretaria Executiva do CNAS; 9.2
835 Discutir e propor a Classificação Orçamentária da Assistência Social – Função 08. Convidados:
836 SNAS, DEFNAS e IPEA; 9.3 Módulo de Orientação Técnica I: Tema – Orçamento e Financiamento
837 do SUAS. Convidados: DEFNAS, SPOG e SNAS; 9.4 Apresentação de propostas dos Analistas de
838 Políticas Sociais para a Assistência Social à equipe de transição feita pela ANDEPS – Associação
839 Nacional da Carreira de desenvolvimento de Políticas Sociais em novembro 2022 referente ao
840 Controle Social: Abrir linha orçamentária específica para os conselhos estaduais (CEAS) nas
841 transferências fundo a fundo. Argumentos: Essa linha com o mínimo dos 3% do Índice de Gestão
842 Descentralizada – IGD-SUAS facilitará a transparência e a decisão pela execução desses recursos
843 pelos colegiados estaduais. O Censo Suas 2021 informa que 70% dos CEAS ou tiveram execução
844 entre 0 e 25% (15 casos) ou desconhecem qual foi a execução do ano anterior (três casos) em relação
845 aos dos 3% do IGD. Realizar campanha para a utilização dos recursos previstos para os conselhos
846 municipais de assistência social - CMAS (3% do IGD-SUAS Municipal) prioritariamente no
847 financiamento dos custos envolvidos na garantia da participação de usuários do sistema.
848 Encaminhamento da plenária: Não enviar a proposta neste momento e enviar para discussão na
849 Comissão de Financiamento. (dezembro/22); 9.5 Ofício 24/2022 - FONACEAS - Encaminha cópia
850 da Carta Aberta de São Paulo, produzida na 57ª reunião ordinária do FONACEAS: No ofício o Fórum
851 solicita que o CNAS verifique a possibilidade de reforçar junto a quem de direito o conteúdo e os
852 requerimentos contidos na carta. Encaminhamento da PA: Acusar recebimento e informar que a
853 demanda recebeu a melhor acolhida no âmbito do CNAS, e entendeu-se que os itens que competem
854 a gestão serão encaminhados e as que cabem ao CNAS serão enviadas para apreciação dos
855 subcolegiados. Informou que o ofício e a carta estão no SEI processo 71000.098534/2022-20
856 tramitado para unidade das coordenações. Abrindo aos destaques, a Conselheira Solange Bueno
857 questionou se o orçamento de 2023 já contemplava o recurso que será repassado aos municípios de
858 maneira emergencial e se na rubrica de R\$ 3 milhões já contemplava a conferência nacional. Em
859 resposta, o Sr. Adailton Amaral B. Leite esclareceu que a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária
860 - PLOA não tinha a previsão da atualização do Cadastro Único e que a secretaria responsável, a SAGI-
861 CAD, terá que transferir parte do seu orçamento para o FNAS executar o programa. Com relação à

862 conferência, observou que havia algum recurso para a conferência nacional e informou que a SNAS,
863 junto com a SPOG, estava se movimentando para ampliar essa dotação. O Conselheiro Carlos Nambu
864 observou que os encaminhamentos do Item 1 disponibilizariam uma resposta mais concreta em
865 relação ao questionamento da conselheira. A Conselheira Penélope Regina Silva e Andrade,
866 representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS,
867 sugeriu que o CNAS oficiasse a SNAS em relação ao IGD-SUAS para a realização das conferências
868 municipais. Diante da sugestão, incluiu-se o seguinte encaminhamento: Que o CNAS articule com a
869 SNAS para recomposição orçamentária do IGD-SUAS de modo a complementar o investimento para
870 as conferências estaduais e municipais. Em seguida, foi realizada a leitura da minuta de resolução que
871 dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo
872 Nacional de Assistência Social -FNAS, exercício de 2022, a qual foi aprovada por unanimidade com
873 16 votos favoráveis. Encaminhamentos da Plenária: 1) A Plenária aprovou a sugestão do Conselheiro
874 Agostinho de solicitar capacitação no âmbito do financiamento; 2) Realizar planejamento estratégico
875 com formação para os conselheiros nacionais. Diante da aprovação da realização de capacitação sobre
876 financiamento para os conselheiros nacionais, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
877 consultou os membros da Comissão sobre a possibilidade de exclusão do Item 9.3 da pauta da
878 comissão e encaminhá-lo para a Presidência Ampliada, o que foi acatado. O Conselheiro Carlos
879 Nambu observou que, na pauta, estava faltando a inclusão do item referente ao status da LOAS 2023.
880 Feita a inclusão e não havendo outros destaques, o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento
881 da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Passando ao relato
882 da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, realizada no dia
883 8 de fevereiro de 2023, a Conselheira Magali Pereira Gonçalves Costato Basile elencou os
884 conselheiros e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e relatou que foram debatidos
885 os seguintes itens de pauta: Item 1. Definição da Programação das seguintes reuniões: 1.1. Reunião
886 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF, a ser realizada no dia 06 de
887 março/2023. Encaminhamento: Apresentar à PA a minuta de pauta da reunião trimestral do CNAS
888 com as contribuições a serem referendadas pela Comissão Organizadora da 13ª Conferência Nacional.
889 1.2. Reuniões Regionais do CNAS, a serem realizadas nos dias 22 e 23 de
890 março/2023. Encaminhamentos: 1) Apresentar à PA a minuta de pauta das reuniões regionais do
891 CNAS com as contribuições a serem referendadas pela Comissão Organizadora da 13ª Conferência
892 Nacional; 2) Encaminhar ofício-circular aos CEAS e CAS/DF consultado sobre a disponibilidade de

893 sediar a reunião regional nos dias 22 a 23/03, 26 a 27/04 ou 27 a 28/04. Item 2. Informes sobre a
894 Reunião virtual com os representantes dos CEAS dos estados: Paraná, Espírito Santo, Goiás, Roraima
895 e Piauí, ocorrida no dia 01/02/2023. Encaminhamento: Após esclarecimentos acerca da reunião
896 extraordinária da CAC com os CEAS, a Comissão resolveu encaminhar as propostas dos respectivos
897 conselhos estaduais para as reuniões trimestrais e regionais. Item 3. Atualizar o Plano de Ação para
898 o exercício de 2023. Encaminhamento: Transferido para a pauta de maio/2023. Item 4. Atualizar o
899 Mapa de Monitoramento das Deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.
900 Encaminhamento: Apreciado e atualizado pela Comissão. Item 5. Demandas recebidas na Comissão
901 de Acompanhamento aos Conselhos – CAC: 5.1. Ofício nº 047/2022 – FMUSUAS, que versa sobre
902 Denúncia – Presidência do CMAS-Manaus. Encaminhamentos: 1) Oficiar o CMAS/Manaus para
903 apresentar o Regimento Interno com finalidade de avaliar a presente demanda; 2) Ofício ao
904 CEAS/AM informando a providência deste CNAS em relação à demanda, solicitando manifestação.
905 5.2. Demanda recebida em 28/01/2023 do CEAS/MT, que solicita orientações sobre o
906 questionamento apresentado pelo CMAS de Aquidauana do Estado de Mato Grosso do Sul, quanto a
907 legitimidade da representação de conselheiro representante de prestadores de serviço possuir vínculo
908 empregatício com o órgão gestor municipal de assistência social. Encaminhamento: A CAC tomou
909 conhecimento, conforme solicitado. 5.3. Demanda recebida em 13/01/2023, do CMAS de Marechal
910 Floriano/ES, que solicita orientações quanto à criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa
911 com Deficiência e da Comissão dos Direitos da Mulher. Encaminhamento: Questionar o CEAS/ES
912 se, no âmbito dos conselhos municipais de assistência social do estado, existem experiências que
913 agreguem a temática referenciada, considerando o SUAS. Item 6. Proposta de pauta de março/2023,
914 com os respectivos convidados (se houver) e principal ponto de pauta: 6.1. Organização das reuniões
915 regionais e discussão sobre os temas a serem abordados. Em seguida, realizou a leitura da memória
916 da Reunião Extraordinária da CAC com os CEAS dos estados do Paraná, Espírito Santo, Goiás,
917 Roraima e Piauí. A Conselheira Solange Bueno relatou que o Fórum estava acompanhando a
918 mobilização que está acontecendo no estado do Paraná e destacou a importância do relato da CAC.
919 O Conselheiro Agostinho Soares Belo observou que os estados relataram sobre a relação complicada
920 existente com o Poder Judiciário nos municípios e entendeu que era uma questão que o CNAS deve
921 assumir. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera lembrou que esse debate sobre o SUAS e o
922 Sistema de Justiça seria de competência da Comissão de Política e poderia ser retomado e a
923 Conselheira Solange Bueno afirmou que esse tema está no Plano de Ação da Comissão. A Presidente

924 Margareth Alves Dallaruvera solicitou que a Comissão de Política desse prioridade ao tema para que,
925 talvez, a assinatura do acordo de cooperação possa ser realizada na conferência nacional. Não
926 havendo outros destaques, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de
927 Assistência Social foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Prosseguindo ao relato
928 da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS, realizada no dia 8 de fevereiro de 2023, o
929 Conselheiro Anderson Lopes Miranda elencou os conselheiros, participantes e membros da Secretaria
930 Executiva do CNAS presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.
931 Análise e atualização do Mapa de Deliberações da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social
932 afetas à Comissão de Política. Encaminhamento: A Comissão fez o debate e atualização do referido
933 mapa, que será encaminhado à Comissão de Monitoramento das deliberações da 12ª Conferência
934 Nacional. Item 2. Desdobramentos da análise do resultado da Oficina sobre o Programa de
935 Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, realizada na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS
936 em outubro de 2022. Encaminhamento: 1) A Comissão, aprovou a minuta de resolução com
937 recomendações de aprimoramento do PETI, construída coletivamente, e propõe o seu
938 encaminhamento para: a) a SNAS, com vistas a contribuir na redação das recomendações, bem como
939 sugerir outras recomendações pertinentes e devolver ao CNAS até 10 de março, considerando que a
940 mesma será encaminhada para o CONANDA propor contribuições; b) o CONANDA, com vistas a
941 contribuir redação das recomendações, bem como sugerir outras recomendações pertinentes e
942 devolver ao CNAS até 30 de março; e consultar sobre seu interesse em assinar essa resolução em
943 conjunto com o CNAS. Item 3. Outros assuntos: 3.1. Carta Aberta de São Paulo, produzida na 57ª
944 reunião ordinária do FONACEAS. Encaminhamento: A Comissão entende que a Carta Aberta do
945 FONACEAS apresenta propostas de gestão do SUAS dirigidas à Equipe de Transição do Governo.
946 Recomenda ao CNAS acusar o seu recebimento, parabenizando o FONACEAS pela iniciativa de se
947 somar aos vários atores da política de assistência social na apresentação de proposições para a Equipe
948 de Transição do Governo Federal com vistas à reconstrução e o fortalecimento do SUAS. 3.2.
949 Consulta Pública sobre as Diretrizes Nacionais SUS e SUAS para proteção social das pessoas em
950 situação de vulnerabilidade com sífilis, HIV/Aids, hepatites virais, hanseníase e tuberculose.
951 Encaminhamento: Incluir no Plano de Ação da Comissão a proposta de convidar a SNAS para
952 apresentar os resultados da referida Consulta Pública, com a previsão de pauta a partir de junho,
953 considerando que os resultados estão em fase de análise e consolidação. Item 4. Debate introdutório
954 sobre a reunião conjunta das comissões de Política e de Normas. Encaminhamento: Recomendação

955 aos integrantes da Comissão para a leitura dos documentos enviados por e-mail e constantes no *link*
956 do *google drive* da reunião de fevereiro, de forma a preparar para a reunião conjunta das duas
957 comissões inicialmente agendada para este mês, mas que foi adiada. Item 5. Definição da pauta e
958 principal ponto de pauta da reunião de março: 5.1. Debate sobre a Resolução CNAS nº 27/2011, que
959 caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos. Convidado: Carlos Ferrari (sem
960 custos para o CNAS); 5.2. Inclusão da população em situação de rua no CadÚnico (principal ponto
961 de pauta). Convidados: SAGI-CAD e SNAS/MDS. Ementa: os equipamentos da assistência social
962 vêm cobrando da população em situação de rua a apresentação do comprovante de residência para
963 efetuar ou atualizar o CadÚnico, inviabilizando dessa forma o acesso dessas pessoas aos programas
964 sociais. Abrindo aos destaques, o Conselheiro Carlos Nambu sugeriu que fosse convidado um
965 representante do Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social – MNEAS para debate da
966 Resolução CNAS nº 27/2011 sem custo para o CNAS, o que foi acatado. Não havendo outros
967 destaques, o relato da reunião da Comissão de Políticas Articuladas ao SUAS foi aprovado pela
968 unanimidade dos conselheiros presentes. Ato contínuo, foi realizada a leitura da carta de
969 esclarecimento do CNAS frente à proposta de alteração da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de
970 2015, a qual foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Seguindo ao relato da reunião
971 da Comissão de Normas da Assistência Social, realizada no dia 8 de fevereiro de 2023, a Conselheira
972 Edna Aparecida Alegro elencou os conselheiros, ouvinte e membros da Secretaria Executiva do
973 CNAS presentes. Discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Análise da
974 minuta de Resolução que altera o prazo estabelecido no caput do art. 13 da Resolução CNAS nº 14
975 de 15 de maio de 2014. Encaminhamento: Submeter Resolução à plenária. Item 2. Discussão da
976 proposta de alteração da Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015 e Resolução CNAS nº 11 de
977 23 de setembro de 2015. Encaminhamentos: 1) Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015: A
978 Secretaria Executiva do CNAS, enviará para os CEAS, CMAS das capitais, CAS/DF e FNTSUAS a
979 proposta de alteração da Resolução CNAS nº 6/2015, com devolutiva para o CNAS, no prazo de 15
980 dias com as devidas considerações. As propostas do CEAS, CMAS das capitais, CAS/DF e
981 FNTSUAS, devem ser enviadas com ata da reunião e lista de presença, não serão aceitas propostas
982 individuais; 2) Solicitar manifestação da CONJUR/MDS, em relação a participação de fórum dos
983 trabalhadores nos Conselhos; 3) Resolução CNAS nº 11 de 23 de setembro de 2015: A Resolução
984 será finalizada em 06 de março de 2023, tendo como convidados: Professor Edval Bernardino,
985 Professora Eleonora Cunha e Aldenora González (presencialmente) e será encaminhada pelos

986 usuários para a Comissão de Normas. Item 3. Revisão da Resolução CNAS/MC nº 81, de 11 de
987 outubro de 2022, que revogou expressamente resoluções que perderam a eficácia, bem como aquelas
988 cujos efeitos se exauriram no tempo, em cumprimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de
989 2019. Encaminhamento: Submeter Resolução à plenária. Item 4. Ofício nº 104/2022 – CMAS de
990 Joinville-SC que consulta sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos em Unidade de
991 Abrigo Institucional. Encaminhamento: Encaminhar a resposta elaborada pela Comissão ao CMAS
992 de Joinville-SC. Item 5. Implicação no CNAS referente à revogação do Decreto nº 9.759, de 11 de
993 abril de 2019. Encaminhamentos: 1) Aguardar a efetivação das Resoluções nº 237 de 2006, nº 6 de
994 2015 e nº 11 de 2015, para então revisar o Regimento Interno. Justificativa: As resoluções de criação
995 das comissões estão vigentes, considerando que o pleno do CNAS é soberano para decisão de criação
996 de comissão, conforme § 3º do artigo 8º do Regimento Interno do CNAS; 2) Se houver alguma
997 comissão com vigência que vença antes da elaboração da revisão do regimento interno esta será
998 prorrogada. Item 6. Discussão sobre a Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021.
999 Encaminhamento: Encaminhar para Presidência Ampliada- Reunião Extraordinária da Comissão de
1000 Normas – híbrida, dia 02 de março – 09:30h às 12h. Assunto: Lei Complementar nº 187, de 16
1001 dezembro de 2021. Convidados: CONJUR/MDS e Dra. Rozangela Borota Teixeira. Item 7. Definição
1002 da Pauta do mês de março de 2023, do assunto principal e dos convidados, se houver: 7.1. Avaliar as
1003 alterações da minuta de Resolução que revogará a Resolução CNAS nº 237/2006 (Ponto Principal):
1004 7.1.1 Apresentação de propostas dos Analistas de Políticas Sociais para a Assistência Social à equipe
1005 de transição feita pela ANDEPS – Associação Nacional da Carreira de desenvolvimento de Políticas
1006 Sociais em novembro 2022 referente ao Controle Social; 7.2. Discussão da proposta de alteração da
1007 Resolução CNAS nº 6, de 21 de maio de 2015 e Resolução CNAS nº 11 de 23 de setembro de 2015;
1008 7.3. Discussão sobre a Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021; 7.4. Dar continuidade do
1009 planejamento das estratégias para os debates das normativas a respeito das ofertas socioassistenciais
1010 incluindo levantamento de números de entidades e ofertas no Brasil a partir de dados coletados nos
1011 CMAS, iniciando a discussão sobre ofertas socioassistenciais exclusivamente com voluntários; 7.5.
1012 Apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP do 4º Relatório
1013 trimestral de 2022 e Relatório anual de 2022, com as informações sobre os processos de Certificação
1014 de Entidades Beneficentes de Assistência Social, conforme disposto no art. 1º e art. 3º da Resolução
1015 CNAS nº 18/2011. Convidado: Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS –
1016 DRSP/SNAS; 7.6. Ofício nº 100/2022/SE/STI/CGSIS/MC; 7.7. Plano de Ação: Fazer uma revisão

1017 prévia do plano e colocar cronograma encerrando em agosto de 2023. Item 8. Reunião conjunta CN
1018 e CP para planejamento e discussão da tipificação. A Reunião não aconteceu. Encaminhamento para
1019 a Presidência Ampliada: Proposta de reunião para abril. Na sequência, realizou a leitura da minuta de
1020 resolução que altera o artigo 13 da Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os
1021 parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como
1022 dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social,
1023 a qual foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes. Devido a existência de dúvidas em
1024 relação as siglas utilizadas, definiu-se como encaminhamento da Plenária: Quando houver siglas
1025 escrever por extenso em todas as comissões. Ato contínuo, foi realizada a leitura da minuta de
1026 resolução que exclui os incisos CXXIX, CXLIV, CXLVII do artigo 2º da Resolução CNAS/MC nº
1027 81, de 11 de outubro de 2022, a qual também foi aprovada pela unanimidade dos conselheiros
1028 presentes. Não havendo destaques, o relato da Comissão de Normas da Assistência Social foi
1029 aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Suscitada questão de ordem, a Conselheira
1030 Simone Cristina Gomes, representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP, informou que vem
1031 sofrendo dificuldades de liberação do seu trabalho e solicitou que o CNAS encaminhasse um ofício
1032 ao município solicitando a sua liberação para as reuniões. Diante da situação, a Presidente Margareth
1033 Alves Dallaruvera sugeriu que fosse solicitado à CONJUR que subsidie o Conselho juridicamente e
1034 fosse divulgado um esclarecimento para o município da conselheira de que estava a serviço do CNAS.
1035 A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins sugeriu que fossem comemorados os aniversários
1036 dos conselheiros dos meses de janeiro e fevereiro, o que foi acatado. O Conselheiro Rafael Machado
1037 da Silva reforçou a situação vivida pela população em situação de rua em Maceió/AL, solicitando
1038 que fosse elaborada uma nota do CNAS. A Presidente Margareth Alves Dallaruvera sugeriu que a
1039 nota fosse elaborada pela Secretaria de População em Situação de Rua para que o CNAS ratificasse,
1040 o que foi acatado. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, a Presidente Margareth Alves
1041 Dallaruvera encerrou a 314ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação e
1042 colaboração de todos os conselheiros e da equipe da Secretaria Executiva.

1043

1044

Margareth Alves Dallaruvera

1045

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

1046

Brasília/DF

1047

Fevereiro de 2023